

Métodos Arendtianos para uma Educação Republicana

Arendtian Methods for a Republican Education

Sara de Sousa Moura¹

<https://orcid.org/0000-0003-2605-1159>

Vicente Thiago Freire Brazil²

<https://orcid.org/0000-0003-0830-6349>

Resumo: O presente artigo tem por objetivo o exame de alguns aspectos da filosofia de Hannah Arendt como contribuinte para a educação contemporânea, tendo em vista as crises enfrentadas pela educação e a necessidade de se pensar uma educação republicana pela ótica de Arendt. Partindo do âmbito filosófico e político proposto por Hannah Arendt, nos voltaremos para compreender qual a contribuição do republicanismo para uma educação contemporânea, uma educação que proporcione processos formativos focados na preservação de conhecimentos e valores capazes de tornar educandos aptos a exercerem seus papéis como cidadãos.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Política. Republicanismo.

Abstract: This article aims to examine some aspects of Hannah Arendt's philosophy as a contributor to contemporary education, considering the crises faced by education and the need to think about republican education from Arendt's perspective. Starting from the philosophical and political framework proposed by Hannah Arendt, we will seek to understand the contribution of republicanism to contemporary education, an education that provides formative processes focused on the preservation of knowledge and values capable of enabling students to exercise their roles as citizens.

Keywords: Hannah Arendt. Politics. Republicanism.

¹ Mestranda em Filosofia Social e Política na Universidade Estadual do Ceará - UECE/ Fortaleza, Ceará, Brasil. Email: saradesousam4@gmail.com/ Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8241761227046486>

² Doutor em Filosofia, Professor da Universidade Estadual do Ceará - UECE/ Fortaleza, Ceará, Brasil. Email: vicente.brazil@uece.br/ Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3922153001209706>

1. Introdução

Na filosofia arendtiana, dá-se luz à definição de política por meio de uma conjuntura de conceitos interligados: a categoria da natalidade, o espaço público e a pluralidade. Segundo Arendt, “a política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças.” (Arendt, 2002, p. 7). A política, para a autora, se baseia na pluralidade dos homens, ou seja, é uma política que compreende a diferença, mas pelos objetivos em comum, consegue-se organizar o caos por meio desses objetivos partilhados.

Uma outra categoria que ocupa um lugar privilegiado na obra de Arendt é a Natalidade. Está ligada ao segundo nascimento, quando o indivíduo se percebe um ser político, nasce outra vez por meio da liberdade sempre com o propósito de afirmar a imensa capacidade humana de iniciar coisas novas a partir da existência de um mundo comum e compartilhado, isto é, de um mundo devidamente político. Aqui nos interessa o fato da natalidade trazer consigo a necessidade da ação, ou seja, a imprevisibilidade que permeia a novidade.

Por fim, o espaço público, para nossa autora, é importante salientar que a liberdade versa sobre o aparecer, no espaço público. Que por sua vez, “a realidade da esfera da aparência depende da percepção de uma pluralidade de espectadores, à qual a existência do domínio público está condicionada” (Chaves, 2022, p.142). Ou seja, esse público, apenas se denomina público, por conta dos indivíduos que nele habitam com suas devidas pluralidades e essa pluralidade também só pode ser exercida, por meio desse espaço público.

O que pretendemos trilhar neste artigo, à luz do pensamento arendtiano, é refletir sobre a possibilidade de uma educação republicana, pensar sobre a ideia de uma evolução do aluno indivíduo, para aluno-cidadão entendendo que para discutir republicanismo, precisamos relacionar o pensamento político de Arendt a república. Mesmo nossa autora nunca se intitulando republicana, conceitos como espaço público e liberdade se assemelham a teorias de estudiosos do republicanismo.

2 Republicanismo

Nas palavras de Elias (2007, p.3), “Retomar o tema da república é retomar o debate sobre a natureza do espaço público e as discussões sobre a recuperação de valores coletivos, virtudes cívicas, contra um individualismo exacerbado.” Em concordância com a autora, é imprescindível ao republicanismo essa diferenciação entre a vida privada e a vida pública,

contra o “individualismo exacerbado”, pois a vida privada não compete a política, ela por ser individualista sempre será apolítica. Como já vimos, a política precisa estar inserida no espaço público. Consideremos, então, o republicanismo como uma forma geométrica, mais especificamente um triângulo, na base do triângulo se encontra o principal regimento da República que é a liberdade central, nos lados, porém não menos importante, se encontram o espaço público e no lado oposto a participação dos cidadãos.

Em tese, para um governo republicano, todas as partes do triângulo precisam estar alinhadas, sendo a base essencial a liberdade. O mais importante para o republicanismo é a liberdade, mas uma liberdade positiva do sujeito, no espaço público. Como já fora supracitado, as diferenças das liberdades, acreditamos que, pelo fato de estarmos numa sociedade consumista, os sujeitos estão unicamente preocupados com o que Arendt chama de liberdade negativa, isto é, liberdade do *animal laborans*. Ora, estando esses indivíduos voltados apenas para desejos de uma liberdade negativa, pouco estes se importariam em participar deste espaço considerado pela autora como essencial, o espaço público, de participação política e engajamento, o espaço propriamente da república.

Ainda em concordância com Elias (2007, p.20), “A teoria republicana pretende-se uma alternativa de organização política viável às sociedades, sendo a especificidade do republicanismo contemporâneo o fato dele ser indissociável da democracia.” De uma maneira geral, a democracia é vista pelos autores aqui estudados como a busca da realização dos desejos e da participação do maior número de pessoas no governo, a República é o espaço institucional que favorece essa participação política.

Para o pensamento do republicanismo nós temos como regra, três fundamentos primordiais: para o estado ser livre, só é possível por meio das leis que o governam e quando este possui consentimento do corpo político; precisa de um ideal de não dominação, para além da não interferência e por último a independência na participação dos negócios da cidade, isto é, ênfase no espaço público. Partindo do conceito de liberdade, os republicanos visam instituir um diálogo crítico com as teorias democráticas e liberais. De modo geral, defendem que a república só pode existir com bases democráticas e acreditam que, medidas institucionais não são unicamente suficientes para obliterar a corrupção, apelando para medidas normativas promotoras da virtude.

Outro elemento importante das teorias republicanas contemporâneas é a sua qualidade em lidar com as diferenças e a multiculturalidade. O estado guiado pelo princípio da não-dominação e da não-arbitrariedade desconhece as tendências homogeneizadoras do liberalismo, e suas políticas públicas não são produtos de uma burocracia dominante com

uma manipulada visão de opinião pública. Mesmo o republicanismo sendo visto como remédio capaz de obstruir o totalitarismo³ na política, ele deve ser delimitado para não cairmos em utopias políticas.

3 Apontamentos sobre o republicanismo em Arendt

É importante destacar que Hannah Arendt nunca se comprometeu como republicana nem se filiou a partidos políticos. Contudo, muitos de seus pensamentos políticos guardam proximidade com os princípios do republicanismo. Comparando a tradição republicana com alguns conceitos de suas obras, é possível perceber certa aproximação da autora com as vertentes dessa tradição. Em contrapartida, a autora não se debruçou a explorar os demais segmentos de qualquer linha específica.

Portanto, em Arendt, a compreensão da política está ligada ao pensamento republicano e, segundo Duarte (2013), Hannah Arendt dá a esses conceitos políticos uma definição própria que muitas vezes fogem da forma como usualmente são concebidos, partindo disto, podemos citar alguns dos conceitos que formam o arcabouço teórico do pensamento de nossa autora, como: revolução, fundação, autoridade, poder, violência, promessa, poder constituinte e forma constitucional.

Devido as questões supracitadas neste trabalho, no pensamento políticos de Arendt elementos que levam um republicanismo contemporâneo. Como já vimos, a República visa atender o bem comum, e é de suma importância que para um funcionamento de uma república, haja uma participação abrangente de todos os indivíduos na esfera política. Adverse (2013, p. 36), assevera que “a tradição republicana sempre se recusou a entender a liberdade primeiramente em termos individuais: antes de tudo ela é pública, o que significa que não pode ser reduzida a um direito a ser garantido pelo poder público”, assim, é importante analisar como o republicanismo permeia as ideias políticas de nossa autora, temos alguns exemplos como, a pluralidade, o governo das leis e a importância da participação política visando o bem comum.

Arendt teve contato com a obra de inúmeros autores, que certamente se interessaram pelas ideias de um republicanismo. A partir de suas obras é possível verificar os vínculos que ela teceu com filósofos republicanos, mesmo nunca mencionou qualquer associação com essa forma de governo. O republicanismo de Arendt está disseminado no corpus de seus

³ Como não tratamos especificamente desse tipo de governo, neste artigo, sugiro ao leitor a leitura de Origens do Totalitarismo – Hannah Arendt.

argumentos e em suas escolhas teóricas. Para desvelá-lo é crucial que tomemos o tema da separação entre a vida privada e a vida pública, onde ela mostra que é fundamental distinguir as duas esferas para pensar a natureza da ação política, ou seja, para que haja uma vida política plena é preciso que essas esferas estejam muito bem separadas, precisamos da separação dessas esferas para realizar plenamente nossa pluralidade.

Um segundo ponto de convergência do pensamento arendtiano com a corrente de pensamento do republicanismo foi a questão da liberdade. “A liberdade como fato demonstrável e a política coincidem e são relacionadas uma à outra como dois lados da mesma matéria.” (Arendt, 2016, p. 149). Ao aceitar essa premissa, o principal objetivo de nossa autora é mostrar esse vínculo do fato demonstrável. Para Arendt, as “salvaguardas essencialmente negativas não abrem de forma alguma a esfera política à maioria” (Arendt, 2011, p.104). Em contraste ao fato demonstrável que aparece no espaço público, e é tido como liberdade positiva, nós temos a liberdade negativa, as salvaguardas negativas, que não aparecem no espaço da pluralidade e muito menos abrem o leque da política à maioria. Sendo assim, para nossa autora a liberdade está interligada a ação, Arendt sustenta o caráter criativo da ação, que advém do fato que “a ação não tem fim” (Arendt, 2020, p. 273) e só pode ser exercida no espaço da pluralidade.

Arendt, por sua vez, via a política com um único sentido da liberdade⁴ Para isso, elucidou uma forma sistemática de liberdade como ação no âmbito público, o que possibilitou a importância da política e da cidadania como meio de cessar de vez por todas as formas totalitárias. Podemos dizer que foi o terror da experiência totalitária que aproximou Arendt do pensamento republicano, “como uma corrente de pensamento que concede grande valor a política e a vida pública” (BIGNOTTO, 2013, p. 9). Nesses tempos sombrios vivenciados pelo mundo hodierno, que atestaram um cenário de apatia política e distanciamento do sujeito da cena pública, o afastamento da vida pública, a ascensão da esfera da vida privada e o desinteresse pela política, para nossa autora, foram os instrumentos necessários para o surgimento dos regimes totalitários.

Como resposta a barbárie, Arendt pensou nas revoluções que sempre trazem algo novo, como resposta ela mobiliza um pensamento contra o que poderia nos levar novamente aos campos de concentração, a possibilidade do novo, do recomeçar, sempre é uma esperança de que, diante da barbárie, surja no corpo político a novidade trazendo consigo a

⁴ Para uma maior imersão no tema: O aparecer da liberdade no pensamento de Hannah Arendt, de Lucas Barreto Dias.

promessa da política. Conforme Arendt, o sentido da política é a liberdade. O que as revoluções significaram foi a possibilidade da criação de uma nova forma de Estado, que não estivesse fundada em nenhuma forma preestabelecida de organização, mas no desejo de liberdade que impulsiona a ação política. O principal propósito das revoluções sempre foi o nascimento da liberdade, que configura a conquista de direitos civis num governo constitucional, mas, sobretudo, no sentido político.

No livro *Crises da República* (2017), Arendt menciona outra congruência em relação à ideia do republicanismo, sobre a natureza das leis, ela investiga a linha tênue entre a noção de poder e o que normalmente lhe está associado, em suas palavras, ao fato do “poder não necessita de justificação, sendo inerente a própria existência de comunidades políticas; o que realmente necessita é legitimidade” (Arendt, 2017, p. 129). Para nossa autora, é preciso separar poder de noções, como fortaleza, força, autoridade e violência. Acreditar que um regime político pode se conservar recorrendo o tempo inteiro à violência é algo que foi refutado por muitos autores republicanos, assim como pela própria Arendt. A partir das análises feitas pela pensadora surgiu uma nova contraposição entre totalitarismo e república, que apontou para uma nova maneira de abordar a questão da liberdade e seus opostos.

Nessa premissa podemos ver como os trabalhos de Hannah Arendt contribuíram para uma nova tópica conceitual do republicanismo. As contribuições de Arendt para o republicanismo estão para além de sua proximidade com autores que estudaram a temática, suas obras “são parte fundamental do desenvolvimento do republicanismo contemporâneo. Com ela, essa tradição multissecular de pensamento político, escreveu mais um capítulo de sua longa história” (Bignotto, 2022, p. 379).

4 Por uma educação republicana

A proposta arendtiana lança luz sobre uma educação que deve ter como prioridade a formação de cidadãos capazes de ação, de agir no espaço público, rompendo assim, como modelos que corroboram apatia política ou conformismo. Haja vista, as crises na educação contemporânea como: a exclusão social, a fragmentação dos valores coletivos e a priorização de uma formação tecnicista, revelam a necessidade de uma abordagem republicana e para isso carece um currículo que valorize tanto a cultura como a participação democrática.

Pensar uma educação republicana implica pensar em como a escola pode se tornar um lugar democrático. Sabendo das crises na educação, sabendo como essa educação contemporânea trata a diferença, o diverso, o plural e seu aspecto autoritário, concluímos

que os alunos não são, muitas das vezes, ouvidos nem respeitados em suas solicitações. Pela ausência de diálogo e de democracia que, são tratados como temas transversais neste tipo de inquietação e crítica, a escola se torna em muitas ocasiões um espaço de exclusão e desigualdade, com a falácia de conteúdos iguais para todos, um modelo único de racionalidade e um leque de valores etnocêntricos. Em suma, neste atual modelo escolar, emerge um modelo de homogeneização totalitária que, neste caso, é o inverso de uma educação democrática.

Para dar continuidade a essa discussão é importante tomarmos a democracia como horizontal. Quando possibilitamos uma democracia horizontal, criamos posteriormente um aluno-cidadão, junto a criação, logo após, viria o comprometimento de educar esse aluno-cidadão sem nos ausentar dessa responsabilidade que é atribuir a qualidade de cidadão ao aluno, sem os sobrecarregar de uma responsabilidade de agir em um mundo e de resolver problemas, que adultos criaram, certamente esses deveres não estão designadas a jovens e crianças, para exemplificar, os direitos das crianças não competem às crianças a observar igual aos adultos observam, os direitos das crianças são questões dos adultos.

Em contraste, não significa, em absoluto, negar aos alunos os direitos da fala, da participação em determinadas situações que dizem respeito da sua vida. A primeira delas seria o direito a diferença, segundo é preciso diferenciar direito à fala e direito à expressão, não é o simples fato de falar, que dará vida a esse aluno-cidadão, ele precisa aparecer por intermédio de sua fala e de sua ação, em outros termos, não é a simples troca de palavras que podemos chamar de diálogo. A terceira situação, Brayner explica: “volto a insistir que a sala de aula não é a praça pública... é limitado e restrito a questões que não atingem a vida social como um todo.” (Brayner, 2008, p. 107); neste sentido, a sala de aula não é um lugar propriamente democrático, já que o professor ocupa esse lugar de poder “que não pode ser ocupado por ninguém exclusivamente.” (Brayner, 2008, p. 107).

Uma escola apta a fornecer o mínimo de competências para que os sujeitos possam se interessar e participar nas decisões públicas e, o mais importante, seria uma escola aberta a todos os que desejarem. Em primeiro lugar, ensinaria aos alunos a cultura antiga e sua relação com o mundo, não apenas uma cultura meramente ilustrativa, mas que construa concepções e sensibilidade, que construíram o mundo comum. Em segundo, uma competência que gere a intersubjetividade responsável pelos interlocutores, dispostos a participar do debate público. Terceiro, uma competência capaz de interrogar os próprios fundamentos de nossas certezas sociais. Estes seriam alguns passos para ingressar em uma educação republicana, porém não significa manter a escola distante da vida cotidiana.

Podemos traduzir os conceitos da filosofia arendtiana, como natalidade que simboliza a capacidade humana de iniciar algo novo e o espaço público como um lugar que medra ação e pluralidade, deslocando esses conceitos para o contexto educacional, eles podem ser traduzidos na criação de ambientes que inflamam inovação e pensamento crítico nos discentes, nos quais, são incentivados a agir como sujeitos políticos em formação. A educação republicana não se limita na transmissão de conteúdos, ela reconhece a pluralidade como um fundamento da convivência democrática e busca incessantemente formar cidadãos capazes de contribuir ativamente para a vida pública.

Quando Arendt mergulhou nesse oceano de incertezas que é a educação, ela mencionava a participação dos alunos no espaço que era escola e essa participação pode ser entendida como a participação no grêmio estudantil e no voto. No âmbito escolar, discentes não são incentivados a participar de votações que incluem seriedade, mas como participariam se não são incentivados e todo o espaço de crítica e democracia é abarrotado de conteúdos e avaliações exacerbadas? Concordamos com nossa autora quando ela defende o quão positivos são os movimentos estudantis:

Em todos estes assuntos eu consideraria o movimento estudantil como muito positivo. Seu desenvolvimento posterior é uma outra questão. Por quanto tempo os fatores ditos “positivos” permanecerão bons, se já não estão em processo de dissolução, engolidos pelo fanatismo, pelas ideologias, por uma destrutibilidade que muitas vezes beira o crime... As coisas boas da história são quase sempre de curta duração. (Arendt, 2015, p. 175).

Mesmo com todas essas estratégias propostas, nada disso garante nem a preservação de sociedades democráticas e nem a *vita activa* dos cidadãos, ou seja, sua participação nos espaços públicos. Não obstante, nesse mar de incertezas que a educação proporciona, a escola será um tanto mais democrática quando produzir competências para intervirem nos espaços sociais e individuais dos discentes. Essa escola formal vai muito além da sala de aula e o acesso a determinados saberes, de relações afetivas e intelectuais; um lugar de socialização e de individuação que deve permanecer relativamente protegido de certas formas de democracia horizontalizada, que tendem a tratar como iguais ou como autônomos aqueles que não são, isto é, quando eu coloco o professor e o aluno (que ainda não consiste na definição de aluno-cidadão) em uma mesma linha.

A questão que se segue, é como esse aluno se tornaria aluno-cidadão? Pois bem, retornaremos aos conceitos de liberdade e pluralidade descritos por nossa autora. A liberdade na política para Arendt, como já discutimos, ela não diz respeito a uma substância que possuiríamos, também não é um atributo intrínseco a cada um de nós; quando Arendt fala de liberdade que é inerente a ação e o conceito de pluralidade se faz presente, como condição

da política. Quando voltamos o olhar à compreensão de que a liberdade não provém de uma disposição interna, mas é estimulada a partir de princípios que só se manifestam enquanto estamos agindo e essa ação se constitui como uma ação política, pois ela não é um ato isolado, percebemos que a ideia de aluno cidadão daria luz, a um aluno participativo, mais participativo não apenas no sentido de levantar a mão na hora de responder o professor em uma questão difícil, mas participativo nas questões públicas.

Sendo assim, poderíamos compartilhar de dois espaços públicos, o espaço dentro da escola e fora, para exemplificar se considerarmos a escola como um espaço público, mesmo considerando toda a hegemonia que a escola oferece, ela enquanto espaço, possui leis, regras, autoridades a serem seguidas, segue como um modelo hierárquico e monárquico, porém ela pode ser um espaço de preparação para o mundo público de adultos, quando os alunos participam da criação da legislação da escola, do voto, ou nos grêmios estudantis é uma forma que este espaço tem para prover pluralidade e consciência política. Agir é se inserir nesse espaço público, de tal forma que nenhuma ação se possa chamar de livre se não estiver na companhia de outros. Essa liberdade política que a autora defende e que também defendemos, só existe enquanto seres humanos agem em um espaço público em comum. Por isso mesmo considerando a possibilidade da escola enquanto espaço público, a sala de aula, por sua vez, não pode estar inserida neste contexto, devido à necessidade da hierarquia.

Na presença da autoridade, de regras, de metas, e de dar sentido a uma instituição que não é aquela do mundo público decisório dos adultos, existe aí um civismo próprio à escola. Podemos afirmar daí que a sala de aula ainda não é lugar de cidadania, que aluno-cidadão é uma simples omissão, que a sala de aula não é lugar de democracia, que o processo educativo não está exclusivamente centrado no aluno; mas, é interessante que isso não condenada a escola como absolutista autoritária, ela proclama em seu interior a estrita observância de regras externas e indiscutíveis.

A sala de aula por necessitar da hierarquia professor aluno, não que na escola não necessite de uma hierarquia com relação a outros âmbitos, a escola como instituição social responsável pela educação formal, vai além da sala de aula, este lugar reservado e protegido onde se opera uma relação propriamente pedagógica, a transmissão, mas não a transmissão no sentido da educação bancária de conhecimentos, a transmissão do aceso de determinados saberes, uma teia de relações afetivas e intelectuais; um lugar de socialização e de individuação que deve ser protegido daquela democracia horizontalizada como mencionamos no início do tópico. Em sala de aula o professor não se equipara ao aluno em sentido no sentido de ser responsável pelo mundo, de ser responsável pelo conhecimento do

aluno, pela responsabilidade de emergir a pluralidade do aluno enquanto indivíduo em formação para se tornar o aluno-cidadão.

Em contrapartida, a escola está para além, como um espaço físico, como estrutura e como tecido simbólico para as relações ultrapassarem o aspecto pedagógico e envolver questões administrativas, financeiras, materiais e políticas que englobam uma relação direta com os poderes públicos. Eis aqui a distinção onde queremos chegar entre escola e sala de aula, usando as palavras de Brayner:

à sala de aula que opera fundamentalmente com uma relação intergeracional entre os adultos que devem assumir sua responsabilidade do mundo, sob a forma da autoridade, e crianças recém chegadas a um mundo que lhes é desconhecido e lhes pode ser destrutivo, encontra-se em um espaço – a sala de aula – que deve ser preservado e protegido; já a escola, como componente de uma rede institucional pública pertence ao espaço propriamente político: dela participam adultos proprietários de perspectivas diferentes, capazes de argumento racional (entendo este ‘racional’ numa acepção habermasiana, como ‘racionalidade comunicativa’, ou seja, indivíduos capazes de entendimento intersubjetivo). (Brayner 2008, p. 115)

Assumindo as palavras de Brayner, podemos notar o contraste da escola *versus* a sala de aula como espaço político. Por um longo tempo, podemos notar como a tarefa do professor em sala de aula era transformá-la em uma tribuna conscientizadora, combatendo, como se fosse uma arma política, contra a ideologia dominante. No entanto, professores, administradores, funcionários e até mesmo os pais são atores políticos que podem e devem se interessar em atuar no espaço de palavra e ação que é a escola. Observamos na proposição de Brayner sobre a escola como lugar político, assim como Arendt, que deixa de fora os pequenos alunos, cuja maturidade intelectual e emocional ainda não os permite participar de decisões coletivas.

Quando afirmamos que a sala de aula não é um espaço ou lugar de cidadania para formar o aluno-cidadão, assumimos que a sala de aula não é um lugar de democracia, mas não no sentido de que comprometa o processo educativo, que não está inteiramente focado no aluno. Não defendemos que a sala de aula ou a escola seja condenada por um silêncio autoritário imposto pelo professor, ou que seja a educação bancária, vista por Freire, mas que a entrada dos recém-chegados ao mundo precisa da autoridade, proposta e defendida por Arendt, de intervenção e direção para que eles possam caminhar neste mundo hostil e desconhecido que tragam a novidade da natalidade.

Segundo Müller, “a pluralidade é o princípio ineludível da política, a condição e a razão de ser da atividade ação.” (Müller, 2022, p. 314). A escola encontra-se nesse dever

inexorável de proporcionar o plural e não uma homogeneização social, fazendo aflorar essa novidade, que apenas a partir da pluralidade política, faz-se aparecer o segundo nascimento, o nascimento político dos alunos; ou ainda uma evolução de aluno-indivíduo, para alunocidadão.

Considerações Finais

A educação republicana ergue-se como uma alternativa tangível para enfrentar desafios hodiernos, proporcionando uma renovação do espaço público, haja vista, “na escola, onde se sobrepõem as diversas esferas, cada princípio e cada ação, a nosso ver, precisam de uma cuidadosa avaliação.” (Almeida, 2011, p. 35). Ao resgatar os conceitos primordiais de Arendt, como a natalidade, o espaço público e a pluralidade, constatamos que uma educação republicana consiste em uma práxis basilar para formar cidadãos em uma sociedade democrática. Utilizando-se de uma valorização da pluralidade e liberdade como uma ação coletiva, sem abrir mão da hierarquia necessária na sala de aula, a escola pode se tornar esse espaço que prepara os indivíduos para o mundo público.

Pelo reflexo de uma sociedade que tem em seu seio marcas de dominação, tal qual despertam na escola diferentes formas de dominação, assim como para além da escola, essas formas de dominação se alastram no sentido de uma falsa consciência e junto a essa falsa consciência nascem os preconceitos, a falta de criticidade, a falta de uma participação de um público diverso, podendo gerar um ciclo que culmina em formas de pensamento autoritário e na erosão da esfera pública. Observamos o quão importante é a participação dos recém-chegados nesse mundo, que a partir de suas formações irão nos trazer o *páthos*, a novidade.

Arendt nos instrui que a escola deve ser um espaço protegido, mas não isolado, da vida pública. É nela que se pode promover o surgimento do *páthos*, garantindo aos recém-chegados a possibilidade de compreender e participar do mundo. Quando falamos no decorrer do artigo sobre essa participação, ela não deve sobrepujar a responsabilidade dos adultos nas crianças, mas aos adultos conferem o fornecimento de ferramentas que estimulem a reflexão crítica, a respeito da pluralidade e a construção de uma consciência cidadã.

É de suma importância que a escola seja esse espaço que proporcione pluralidade e debate, preparando alunos a agirem como cidadãos comprometidos com o bem comum. Uma educação republicana, nesse sentido, deve desenvolver um ambiente no qual os alunos não apenas aprendam conteúdos, mas também desenvolvam competências essenciais para o

diálogo, a subjetividade e a atuação política.

Referências

- ADVERSE, Helton. Republicanismo. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton et al. Dimensões Políticas da Justiça. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.
- ALMEIDA, Vanessa Sievers. Educação em Hannah Arendt: entre o mundo deserto e o amor ao mundo. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARENDT, H. A condição humana. Trad. R. Raposo; revisão técnica A. Correia. 13. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- ARENDT, H. Crises da república. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- ARENDT, H. O que é política? Trad. R. Guarany Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ARENDT, H. Sobre a Revolução. Trad. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BIGNOTTO, N. Das barricadas à vida privada. Nova economia. Setembro-Dezembro, 2006.
- BRAYNER, F. Educação e republicanismo: experimentos arendtianos para uma educação melhor. Liber livro editora, 2008.
- CHAVES, R. Espaço público. In: CORREIA, Adriano [etal]. Dicionário de Hannah Arendt, 1º ed. São Paulo. Edições 70, 2022.
- DUARTE, André. Hannah Arendt e o pensamento político: a arte de distinguir e relacionar conceitos. *Revista Argumentos*, v. 5, n. 9, p. 39-62, jan./jun. 2013.
- ELIAS, M.G. Republicanismo: história e atualidade. Em Tese. Vol.4. nº1. Agosto-Dezembro, 2007.
- MULLER, M. Pluralidade. In: CORREIA, Adriano [etal]. Dicionário de Hannah Arendt, 1º ed. São Paulo. Edições 70, 2022.